

Número de inscrição: 10018112

Cidade de realização da prova: Fortaleza/CE

CARGO 6: ANALISTA MINISTERIAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

Frase: O azarado não tem outra medicina que não a esperança.

Sala: 70225

Sequencial: 030 / 080

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2025 | MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva e deixe o local de provas.
- 7 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva implicará a anulação das suas provas.



MPCE

Ministério Público do Estado do Ceará

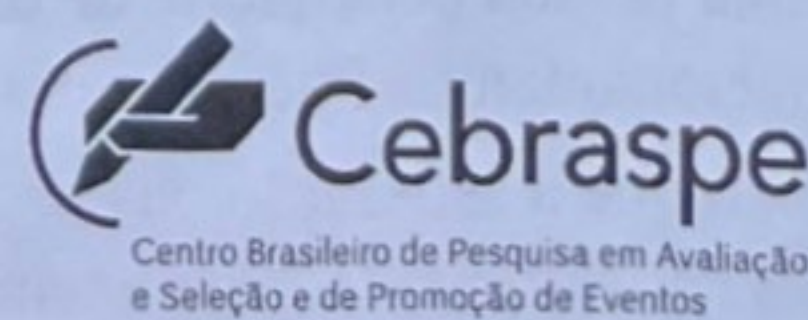
CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

(61) 3448-0100
www.cebraspe.org.br
sac@cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Em 2015, o professor Robert Waldinger participou de uma conferência apresentando uma palestra chamada “O que torna uma vida boa? Lições sobre o mais longo estudo sobre felicidade”. O tema se tornou, anos depois, um livro do palestrante sobre o assunto, que entrou na lista dos mais vendidos, segundo o jornal The New York Times.

Professor de psiquiatria em Harvard, Waldinger é o quarto pesquisador a dirigir o Estudo sobre Desenvolvimento Adulto, que existe na universidade desde 1938 e está em andamento até hoje. O trabalho é o maior já realizado sobre o tema e monitora questões relativas a bem-estar, desenvolvimento e felicidade. Atualmente, a pesquisa está na segunda geração e dela participam os filhos dos primeiros participantes.

O principal achado da pesquisa chama a atenção: a chave para uma vida mais feliz e saudável são os relacionamentos que cultivamos. Boas relações ajudam a reduzir os níveis de estresse e também influenciam a maneira como lidamos com dificuldades e situações desafiadoras.

Waldinger afirma que cultivar relacionamentos recíprocos, que contam com apoio mútuo e espaço para crescimento, é o que traz mais felicidade. Por outro lado, passar muito tempo no trabalho é um constante arrependimento dos participantes do estudo.

Além desses, há outros fatores que interferem na saúde mental e na sensação de felicidade — e um deles pode ser dinheiro.

O pesquisador ressalta que ter muito dinheiro ou fama não tem relação direta com a felicidade. Contudo, a pobreza impacta a satisfação com a vida. Waldinger aponta que, enquanto não se tem as necessidades básicas garantidas, sentir-se feliz e pleno é uma tarefa difícil.

Por outro lado, a partir do momento em que necessidades como alimentação, moradia e educação estão garantidas, ganhar mais dinheiro não significa sentir felicidade. É aí que está a importância de cultivar bons relacionamentos.

Internet: <folha.uol.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias veiculadas no texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 ☒ Conclui-se do texto que o livro publicado por Robert Waldinger trata de tema objeto da pesquisa mencionada no segundo parágrafo do texto.
- 2 ☒ De acordo com o estudo de Harvard apontado no texto, as pessoas que dedicam tempo excessivo ao trabalho são infelizes.
- 3 ☒ O texto sugere que os estudiosos da citada pesquisa de Harvard consideravam, inicialmente, que o nível de felicidade de uma pessoa dependeria de dinheiro e fama, mas não de seus relacionamentos interpessoais.
- 4 ☒ Infere-se do texto que a satisfação das necessidades básicas é importante, mas não suficiente, para a garantia da felicidade.

Em relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

- 5 ☒ No último período do penúltimo parágrafo, a vírgula empregada logo após o termo “que” poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 6 ☒ É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “a partir do momento” (primeiro período do último parágrafo).
- 7 ☒ A correção gramatical do texto seria mantida caso o verbo “cultivar” (último período do texto) fosse substituído por **se cultivarem**.
- 8 ☒ No quinto parágrafo, a locução verbal “pode ser” denota que os pesquisadores duvidam se o dinheiro interfere ou não na saúde mental e na sensação de felicidade.
- 9 ☒ No segundo período do primeiro parágrafo, a substituição de “se tornou” por **converteu-se**, além de manter a coerência das ideias do texto, seria gramaticalmente correta, desde que inserida a preposição **em** imediatamente antes de “um livro”.
- 10 ☒ No segundo período do primeiro parágrafo, o termo “que” retoma o segmento “um livro do palestrante sobre o assunto”.
- 11 ☒ O trecho “que existe na universidade desde 1938 e está em andamento até hoje” (primeiro período do segundo parágrafo) poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, da seguinte forma: **existente na universidade desde 1938 e ainda em andamento.**
- 12 ☒ A substituição da expressão “em que” (primeiro período do último parágrafo) por **onde** manteria a correção gramatical e a coerência textual.
- 13 ☒ O vocábulo “achado” (primeiro período do terceiro parágrafo) tem o mesmo sentido de **descoberta**.
- 14 ☒ Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se suprimisse a preposição “a” em “ajudam a reduzir os níveis de estresse” (segundo período do terceiro parágrafo).
- 15 ☒ No último período do penúltimo parágrafo, o vocábulo “enquanto” expressa uma circunstância temporal.
- 16 ☒ A correção gramatical do primeiro período do quarto parágrafo seria prejudicada caso se suprimisse o trecho “é o que”, em razão das alterações nas relações sintáticas entre as orações e os termos das orações do período em questão.
- 17 ☒ No quinto parágrafo, a forma verbal “há” poderia ser substituída por **existem**, mantendo-se a correção gramatical e a coerência textual.

Com base na Constituição do Estado do Ceará e na Lei n.º 9.826/1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), julgue os itens seguintes.

- 18 Permite-se que o funcionário público estadual que se tenha afastado em virtude de licença para acompanhar cônjuge, estenda o seu afastamento por mais de 4 anos consecutivos. ☒
- 19 A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais inerentes ao Ministério Público do Estado do Ceará. ☒
- 20 Para que a reversão do funcionário público aposentado seja efetivada, exige-se, entre outras condições, que o aposentado não tenha completado 65 anos de idade e que o inativo seja julgado apto em inspeção médica. ☒
- 21 O Estado do Ceará pode intervir nos municípios quando a dívida fundada deixar de ser paga, em dois anos consecutivos, por motivo de força maior. ☒

De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE) e com a Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), julgue os itens subsequentes.

- 22 O MPCE deve elaborar a sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e encaminhá-la diretamente ao Poder Legislativo, que a analisará juntamente ao orçamento fiscal estadual. ☒
- 23 Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, ingressar e transitar livremente nas salas de sessões de tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos magistrados, bem como tomar assento à direita do presidente do tribunal. ☒
- 24 O membro vitalício do MPCE pode, decorridos 2 anos do termo inicial da sua disponibilidade compulsória, requerer ao Conselho Superior do Ministério Público que verifique a cessação dos motivos que a determinaram, devendo o membro do MPCE ser aproveitado na carreira, nos termos da Lei Complementar estadual n.º 72/2008.
- 25 De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, o Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os procuradores de justiça, e uma de suas atribuições é eleger o corregedor-geral do Ministério Público. ☒

À luz da Lei n.º 14.043/2007, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do MPCE, julgue os itens que se seguem.

- 26 A jornada de trabalho extraordinária apenas deve ocorrer para atender a situações excepcionais e temporárias, ☒ respeitados os limites máximos de horas diárias ou mensais, devendo ser previamente solicitada pela chefia imediata e submetida à apreciação do procurador-geral de justiça.
- 27 O servidor do quadro permanente cuja lotação tenha caráter provisório não pode solicitar permuta nos três anos que antecederem sua aposentadoria compulsória, e tampouco quando estiver em processo de aposentadoria voluntária. ☒

A respeito da ética, da moral, dos princípios e dos valores, bem como do exercício da cidadania e da função pública, julgue os itens a seguir.

- 28 A dimensão ética da vida está relacionada exclusivamente ao entendimento subjetivo do que é certo ou errado. ☒
- 29 No exercício da função pública, deve-se tratar a todos conforme valores e regras comuns, evitando-se distinções subjetivas, em observância ao princípio da impessoalidade. ☒
- 30 Os valores morais são formados pelo hábito, a partir da ação repetitiva e meramente instintiva. ☒
- 31 A ação coletiva, em regra, é parcial e relacionada a valores morais que são submetidos a um juízo de mérito ou demérito. ☒

De acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens a seguir.

- 32 Para fins de configuração de ato de improbidade administrativa, o dolo é caracterizado como a vontade livre e consciente de se alcançar resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. ☒
- 33 Permitir dolosamente que pessoa física utilize bens do acervo patrimonial do Estado, sem observância das formalidades legais, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. ☒
- 34 As regras da Lei de Improbidade Administrativa são inaplicáveis às condutas do agente político. ☒
- 35 Os atos de improbidade administrativa necessariamente importam no enriquecimento ilícito do agente público. ☒

Espaço livre

UNIDADE
INDEP.

Uma pesquisa realizada com 180 profissionais que trabalham no Ministério Público de determinado estado revelou que 95 deles gostam de atuar na área criminal, 125 gostam de atuar na defesa dos direitos coletivos e difusos, e 65 gostam de atuar na defesa do patrimônio público e social. Nessa mesma pesquisa, verificou-se também que 60 profissionais gostam de atuar nas áreas criminal e de defesa dos direitos coletivos e difusos, 40 gostam de atuar nas áreas criminal e de defesa do patrimônio público e social, 40 gostam de atuar nas áreas de defesa dos direitos coletivos e difusos e de defesa do patrimônio público e social, e 20 gostam de atuar nas três áreas citadas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

36 Considere que, entre os profissionais que afirmaram gostar de atuar nas três áreas mencionadas, sejam escolhidos quatro para formar uma comissão para fiscalização de certa política pública, todos com igual atribuição. Nesse caso, haverá mais de cinco mil maneiras de formar a comissão.

37 A razão entre o número de profissionais que gostam de atuar em apenas uma das áreas mencionadas e o total de entrevistados não apresenta uma representação decimal exata.

38 Há mais profissionais que não gostam de atuar em nenhuma das três áreas mencionadas do que os que gostam de atuar em todas as três áreas.

39 Considere que, em certo mês, sejam autuados 900 processos e que estes serão distribuídos, proporcionalmente, entre os conjuntos A (profissionais que gostam de atuar em apenas uma das áreas mencionadas), B (profissionais que gostam de atuar em apenas duas das áreas mencionadas) e C (profissionais que gostam de atuar nas três áreas). Nesse caso, caberá aos profissionais do conjunto A atuar em menos de 300 processos.

40 Mais de 65% dos participantes da pesquisa gostam de atuar em exatamente duas das áreas mencionadas.

41 A probabilidade de que um dos participantes da pesquisa, selecionado ao acaso, goste de atuar nas três áreas mencionadas é superior a 10%.

Julgue os próximos itens, relativos à análise SWOT e à metodologia BSC (*balanced scorecard*) na gestão pública.

42 Na matriz SWOT, define-se a linha de ação estratégica da organização no quadrante das oportunidades, prescindindo-se de outros quadrantes nesse processo de definição.

43 A matriz SWOT, quando comparada a análises complexas e precisas geradas por inteligência artificial, é de baixa efetividade, pois não gera vantagem competitiva ou melhores resultados operacionais.

44 Um dos objetivos do BSC é integrar e equilibrar as várias perspectivas abordadas.

45 Na matriz SWOT, os elementos de análise do ambiente externo são os mais relevantes e prioritários no contexto do planejamento estratégico.

46 Na gestão pública, as perspectivas constantes do BSC por força de dispositivo legal não podem ser modificadas.

A respeito de comportamento organizacional e da gestão pessoas e de projetos, julgue os itens subsequentes.

47 É relevante o estabelecimento de KPIs (*key process indicators*), com monitoramento e controle adequados, para a gestão dos objetivos e para a consecução das metas organizacionais.

48 Metodologias ágeis estão incorporadas à dinâmica de melhores práticas apresentadas no PMBOK (7.ª edição).

49 As pesquisas de clima organizacional cumprem papel essencial para a melhoria da tomada de decisão na gestão de conflitos.

50 O PMBOK (7.ª edição) é caracterizado pela rigidez quanto aos aspectos de orçamento e de gestão de riscos em projetos, tornando-os mais precisos, fixos e previsíveis ao longo do cronograma do projeto.

Espaço livre

180 160 100 80 105
 95 CRIMINAL 75 15 25
 125 D. COLETIVO 105 65
 65 P. PÚBLICO 45 25
 60 - E E D.C. A B C D
 180 - 95 = 85 = N. CRIMINAL
 180 - 65 = 115 = N. D. COLETIVO
 160 = 20 26 20 20
 300 A 35 100
 300 B 65
 300 C 55
 500 20 80
 200 19 25
 18 85
 17 110
 1234 25
 2134
 2314
 2341 60 1 2 3 4
 2341 40 2 3 4 5 180.50% = 90
 40 3 10% = 18
 40 4 1% = 1.8
 5 65% = 18 x 6 + 9 = 117
 20 x 19 2 20 18 18
 19 8 6 7 2
 180 20 108
 20 00 9
 380 40 117
 400 20
 8000
 8000

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca de licitações e contratos administrativos (Lei n.º 14.133/2021), improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992), responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas (Lei n.º 12.846/2013), processo administrativo federal (Lei n.º 9.784/1999) e classificação dos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 51 Os atos praticados em processo licitatório são públicos, com exceção daqueles cujo sigilo seja necessário em razão de conterem informações estratégicas empresariais de concorrentes. ☒
- 52 As sanções previstas na Lei n.º 12.846/2013 não se aplicam àqueles contra os quais já esteja em curso processo de responsabilização por ilícito tipificado na legislação que rege licitações e contratos da administração pública. ☐
- 53 Se um primo de um servidor público participar como testemunha em processo administrativo instaurado no órgão de lotação do servidor, este estará impedido de atuar em tal processo. ☐
- 54 A ação por improbidade administrativa é preventiva e repressiva, de caráter sancionatório, sendo cabível seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social. ☐
- 55 Serviços públicos uti universi são aqueles prestados à coletividade, mas usufruídos indiretamente pelos indivíduos. ☒

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, aos princípios e poderes da administração pública e aos atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 56 É inexigível a inscrição dos atos constitutivos das fundações de direito público no registro civil das pessoas jurídicas, visto que a aquisição de sua personalidade jurídica já decorre de lei. ☒
- 57 Visto é ato administrativo unilateral mediante o qual a autoridade competente atesta a legitimidade formal de outro ato jurídico e manifesta sua concordância com o conteúdo de tal ato. ☒
- 58 Na linha evolutiva das teorias da responsabilidade civil do Estado, a teoria da irresponsabilidade civil do Estado, típica da era absolutista e atualmente superada no ordenamento jurídico pátrio, impedia a responsabilização do Estado por seus atos e inviabilizava o direito à reparação. ☒
- 59 A revogação consiste na retirada, parcial ou total, de um ato administrativo do ordenamento jurídico em razão de desconformidade com a lei, o que configura hipótese de extinção do ato administrativo que gera efeitos retroativos. ☐
- 60 Os serviços sociais autônomos são entes paraestatais que atuam em cooperação com o poder público, tendo administração e patrimônio próprios. ☒
- 61 Não cabe a responsabilidade civil do Estado por evento danoso causado exclusivamente pela vítima, haja vista a inexistência, nesse caso, de nexa causal entre a atuação da administração pública e o dano ocorrido. ☒
- 62 A proibição de constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos dos órgãos públicos representa aplicação do princípio da adequação na prestação do serviço público. ☐
- 63 O poder de polícia abrange não somente os atos da administração pública, mas também os atos do Poder Legislativo, por meio de lei. ☒

Em relação ao controle de constitucionalidade e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do STF.

- 64 O efeito vinculante das decisões em controle concentrado de constitucionalidade alcança os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, em todas as esferas, mas não vincula o Poder Legislativo no exercício de sua função de legislar. ☒
- 65 É constitucional lei que isenta pessoas reconhecidamente pobres do pagamento dos emolumentos devidos pela expedição de registro civil de nascimento e da respectiva primeira certidão, bem como pela emissão da carteira de identidade. ☒
- 66 A súmula vinculante, uma vez editada pelo STF, produz efeitos imediatos, podendo a corte, por decisão de 2/3 de seus membros, restringir seus efeitos ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de outro momento, por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse público. ☒
- 67 A exigência de prévio requerimento administrativo do interessado para fins de concessão de benefício previdenciário pode ser condição para o ajuizamento de ação judicial e não viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição, ainda que o entendimento da administração seja notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. ☐

A respeito da organização político-administrativa do Estado e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens subsequentes, com base na CF e na jurisprudência do STF.

- 68 No âmbito da competência legislativa concorrente, os municípios podem editar lei que proíba a discussão de questões de gênero nos currículos escolares da rede pública municipal. ☐
- 69 É de iniciativa privativa do presidente da República lei que disponha sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados. ☐
- 70 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos estados será exercida pelas respectivas assembleias legislativas, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder, que deve ser integrado e com atribuições de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual. ☒
- 71 É inconstitucional lei de iniciativa parlamentar que regulamente política pública para pagamento de bolsa aluguel para pessoas em situação de rua, ainda que não haja criação, extinção ou alteração de órgãos e modificação de remuneração e regime jurídico de servidores públicos. ☐

Acerca das funções essenciais à justiça e da ordem social, julgue os itens a seguir, com base na CF e na jurisprudência do STF.

- 72 A adoção será assistida pelo poder público e somente poderá ser efetivada a brasileiros natos e naturalizados, conforme determinação constitucional expressa, como forma de proteção ao menor em situação de vulnerabilidade. ☐
- 73 É responsabilidade exclusiva do poder público a promoção de programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, sendo vedada a participação de entidades não governamentais nessas ações. ☐
- 74 É inconstitucional lei estadual que restrinja a capacidade eleitoral passiva de membros do Ministério Público estadual para concorrerem à chefia da instituição. ☒
- 75 No que se refere ao financiamento do direito à educação, os estados e municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. ☒

UNIND = 931.

Com base no disposto no Código Civil, julgue os itens a seguir, relativos ao domicílio.

- 76 Pessoa relativamente incapaz devido a deficiência mental
F tem domicílio necessário equivalente ao de seu assistente.
- 77 O domicílio das pessoas jurídicas de direito público da União situadas fora do Distrito Federal é a capital do estado onde elas estejam localizadas.
F
- 78 Caso uma pessoa física exerça profissão em diversos lugares, cada um destes constitui seu domicílio para as relações que lhe corresponderem.
V

Julgue os itens que se seguem, referentes a direitos da personalidade, direitos a alimentos e capacidade.

- 79 O Código Civil adota a teoria natalista da personalidade, segundo a qual a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas também são resguardados legalmente os direitos do nascituro, como, por exemplo, o direito a alimentos gravídicos, desde a concepção.
V
- 80 Considere que, ao completar dezoito anos de idade, Cássio seja diagnosticado como portador de doença mental que lhe impeça, de forma permanente, de exprimir sua vontade. Nesse caso, Cássio será considerado absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
F
- 81 Suponha que Cacilda dê à luz um filho e creia que o genitor seja Alfredo e este, por determinação judicial, preste regularmente os alimentos devidos. Considere, ainda, que, Cacilda, após sete meses do nascimento de seu filho, suspeite que este não seja filho de Alfredo e pretenda renunciar, de livre e espontânea vontade, o direito aos alimentos, até que seja esclarecida a paternidade mediante realização do exame de DNA. Nessa situação, é permitido a Cacilda renunciar o direito em questão.
F

No ano de 2001, Gustavo recebeu procuração, em termos gerais, com poderes de mera gestão, para administrar o patrimônio de Antônio e Vera, constituído de dez imóveis situados na cidade de Fortaleza – CE. Em 2004, Gustavo vendeu esses imóveis, sem o conhecimento dos outorgantes, para a empresa Alfa, de titularidade de seus filhos, Denis e Joana, mediante escritura pública de compra e venda, lavrada em Juazeiro do Norte – CE, mas levada a registro, no cartório de Fortaleza, somente no ano de 2006, após o falecimento de Antônio, ocorrido em 2005. Em 2007, Gustavo passou a figurar no quadro societário da empresa Alfa, na condição de sócio majoritário.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os próximos itens.

- 82 Antônio e Vera, caso demonstrassem ter havido simulação no contrato de compra e venda firmado entre Gustavo e os filhos, poderiam postular a declaração de nulidade do negócio, no prazo de quatro anos, contado da sua ciência, e não da data em que foi firmada a escritura pública, por força da aplicação da teoria da *actio nata*, segundo a qual a contagem de prazo da prescrição somente se inicia a partir do conhecimento da violação do direito.
F
- 83 Considere que Antônio e Vera tenham descoberto a operação de compra e venda no mesmo ano em que tenha sido celebrada a escritura pública, sem terem ratificado o referido negócio. Nesse caso, os atos praticados por Gustavo seriam tidos por ineficazes.
V
- 84 O mandato em termos gerais só confere poderes de administração, de maneira que, para alienar, hipotecar, transigir ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, a procuração deve estabelecer poderes especiais e expressos nesse sentido.
V

Acerca dos direitos reais, julgue os itens a seguir à luz do Código Civil.

- 85 Os direitos reais sobre imóveis constituídos só se adquirem com o registro no cartório de registro de imóveis dos referidos títulos, [como no caso da transmissão da propriedade imobiliária *causa mortis*.]
F
- 86 São direitos reais sobre imóvel, entre outros, o uso, a habitação, o direito do promitente comprador e os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou às suas entidades delegadas, bem como a respectiva cessão e promessa de cessão.
F

A empresa Beta, promotora de eventos com sede em Quixadá – CE, realizou um evento de final de ano no qual seus organizadores, a despeito de decisão judicial em sentido contrário, permitiram a entrada de menores de dezesesseis anos de idade completos, desacompanhados dos pais. No local do evento, embora estivesse expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade, havendo placas indicativas de tal proibição em todos os bares do evento, representantes do conselho tutelar flagraram diversos adolescentes fazendo consumo moderado de bebidas alcóolicas, e tais fatos foram comunicados ao Ministério Público, que promoveu ação judicial contra a empresa Beta, com pedido de cominação de multa a ela por fato caracterizador da infração administrativa prevista no artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja redação é reproduzida a seguir.

“Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar:

Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

Considerando essa situação hipotética e o dispositivo legal reproduzido, julgue o item a seguir, de acordo com o ECA e a jurisprudência do STJ.

- 87 A ação judicial promovida pelo Ministério Público no caso em apreço carece de respaldo no artigo reproduzido, pois seu conteúdo deve ser interpretado de forma restritiva, limitando-se a penalidade prevista às circunstâncias em que haja descumprimento da ordem da autoridade judiciária ou conselho tutelar por pais ou responsáveis; tal dispositivo, portanto, não se aplica a pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com a regra hermenêutica que orienta a interpretação de leis e normas consagrada pelo brocardo jurídico *odiosa restringenda, favorabilia amplianda*.
F

Antenor e Januário decidiram iniciar um negócio juntos e, para tanto, formalizaram o ato constitutivo da empresa GAMA, tendo iniciado a atividade econômica de forma organizada, com o objetivo de lucro, mas não levaram o ato constitutivo a registro na junta comercial, embora a empresa esteja funcionando há mais de 10 anos.

Com base na situação hipotética precedente, julgue o item seguinte.

- 88 A empresa GAMA é uma sociedade em comum, dotada de personalidade jurídica, do tipo irregular, e os sócios respondem ilimitada e solidariamente pelas obrigações da sociedade, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
V

No que se refere à sentença, ao cumprimento da sentença e ao agravo, julgue os itens a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STJ.

- 89 A sentença de improcedência do pedido de obrigação de não fazer constitui título executivo judicial.
- 90 É possível propor, nos juizados especiais da fazenda pública, a execução de título executivo formado em ação coletiva que tenha tramitado sob o rito ordinário.
- 91 Ainda que isso não esteja expressamente previsto no rol constante do Código de Processo Civil, todas as decisões interlocutórias proferidas no processo de recuperação judicial são impugnáveis por meio de agravo de instrumento.
- 92 Os beneficiados pela procedência de pedido formulado em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual, possuem legitimidade para a execução da sentença independentemente de serem filiados à associação promotora.

Com base na Resolução n.º 36/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, julgue o seguinte item.

- 93 Esgotadas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público deve remeter a promoção de arquivamento do inquérito civil e do procedimento preparatório ao Colégio de Procuradores de Justiça, a quem compete examiná-los e sobre eles deliberar.

Acerca da capacidade processual, do Ministério Público e da ação civil pública, julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- 94 A ausência de capacidade processual constitui nulidade absoluta, que deve ser conhecida de ofício pelo julgador a qualquer tempo por ser pressuposto processual da validade do processo.
- 95 A ausência de intimação do Ministério Público em ação de desapropriação indireta enseja a decretação de nulidade da sentença, sendo desnecessária a demonstração de efetivo prejuízo para as partes ou para a apuração da verdade substancial da controvérsia jurídica.
- 96 Se a liquidação da sociedade ocorrer antes do ajuizamento da ação, o sócio liquidante tem legitimidade para postular, em juízo, eventual direito da pessoa jurídica.
- 97 O autor da ação civil pública é isento do pagamento de honorários advocatícios, custas e despesas processuais, não sendo esse benefício estendido ao réu.
- 98 A possibilidade de um menor ser atingido pelas consequências advindas de ação de reintegração de posse proposta contra seu genitor justifica a intervenção do Ministério Público no processo como fiscal da ordem jurídica.

No que se refere aos princípios aplicáveis ao direito penal, à aplicação da lei penal, bem como a ilicitude e culpabilidade, julgue os itens seguintes.

- 99 Segundo o princípio da continuidade normativo-típica, revogada a norma penal, mantém-se o caráter proibido da conduta, deslocando-se o conteúdo criminoso para outro tipo penal.
- 100 O direito penal só admite a interpretação analógica quando esta for usada em favor do réu.
- 101 Na legítima defesa, exige-se que o bem defendido seja igual ou superior ao que está sendo inicialmente atacado.
- 102 O erro de proibição indireto consiste em um discriminante putativo por erro de proibição, a exemplo da situação em que o agente sabe que a conduta é típica, mas supõe estar presente, em sua ação, uma norma permissiva.

Julgue os itens que se seguem, em relação aos crimes em espécie, de acordo com o disposto no Código Penal e o entendimento do STJ.

- 103 Considera-se consumado o crime de latrocínio quando o agente, ao buscar subtrair o bem, mata a vítima sem, todavia, levar o bem que queria obter.
- 104 O ordenamento jurídico isenta de pena o pai que, destituído do pátrio poder, subtraia o próprio filho menor de quem o tenha sob sua guarda em razão de ordem judicial.
- 105 Pratica o crime de prevaricação o agente que, em infração de dever funcional, pratica ato de ofício cedendo a pedido de outrem.
- 106 Para a configuração do crime de estupro, exige-se o constrangimento da vítima pelo autor do fato à prática de relação libidínica, impondo-se a existência de contato físico intenso para a consumação do delito.
- 107 A inserção de declaração falsa em documento de inscrição definitiva da Ordem dos Advogados do Brasil caracteriza para fins penais, falsidade ideológica de documento particular.

Julgue os itens que se seguem, com base nas disposições das Leis n.º 9.613/1998, n.º 11.340/2006 e n.º 11.343/2006.

- 108 Para a configuração do crime de tráfico de entorpecentes, é necessária a apuração da natureza e da quantidade da substância apreendida, sendo, entretanto, irrelevante a quantificação das doses que poderiam ser produzidas com a substância proscrita.
- 109 Para que se configure o crime de lavagem de dinheiro, é necessário que o agente tenha participado do crime antecedente, seja como autor, seja como partícipe.
- 110 A coabitação entre autor e vítima é prescindível para a configuração da violência doméstica e familiar.

Em relação ao inquérito policial, à aplicação da lei processual no tempo, aos sujeitos do processo, aos princípios constitucionais do processo penal e à relação entre ação penal e ação civil, julgue os itens a seguir.

- 111 A norma de natureza processual penal aplica-se desde logo, atingindo até mesmo os fatos praticados antes de sua vigência, ainda que em prejuízo ao réu.
- 112 O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele próprio tiver atuado como representante do Ministério Público, ou como advogado de qualquer das partes, salvo se se tratar de ministro de tribunal superior.
- 113 Caso a ação cível decorrente de fato criminoso seja anterior à propositura da ação penal, não poderá o juiz cível suspender o curso daquela, em razão dos princípios da inafastabilidade da jurisdição e da independência de instâncias.
- 114 O inquérito policial é um procedimento administrativo que visa à apuração de infrações penais bem como a sua autoria, sendo conduzido pela autoridade policial, com exceção dos crimes que exigem ação penal privada.
- 115 Os princípios do contraditório e da ampla defesa asseguram o direito de o acusado ser ouvido e de apresentar provas, bem como o direito de acesso aos elementos que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão competente, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Considerando os aspectos legais previstos no Código de Processo Penal e na Lei n.º 9.099/1995, julgue os próximos itens.

- 116 A prisão em flagrante pode ser efetuada por qualquer pessoa do povo nas hipóteses em que a infração penal esteja acontecendo o
✓ tenha acabado de acontecer.
- 117 Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz reputa séria e fundada, sobre o estado
✓ civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que, no juízo cível, seja a controvérsia dirimida por sentença transitada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.
- 118 Viola o princípio da ampla defesa decisão que determine a produção antecipada de provas nos casos em que o acusado, citado por
✗ edital, não compareça nem constitua advogado.
- 119 Em se tratando de crime punido com pena máxima não superior a dois anos, se, por sentença, for aplicada ao réu exclusivamente
✓ a pena de multa, sua execução será feita no próprio juizado especial em que tenha tramitado a ação penal, mediante pagamento feito na secretaria.
- 120 Se, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz considerar que não há justa causa para o exercício da ação penal, ele deverá absolver
✗ sumariamente o acusado.

Espaço livre

53 = F
49 = U

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

A violência patrimonial ou financeira contra a pessoa idosa ocorre quando um indivíduo ou uma instituição faz uso ou se apropria indevidamente do dinheiro ou dos bens de uma pessoa idosa. Esse tipo de violência pode ser praticado com ou sem o consentimento da vítima, mas, na maioria dos casos, ocorre sem sua permissão.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Cartilha de Apoio à Pessoa Idosa:** enfrentamento à violência patrimonial e financeira. Brasília, 2024. Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

O enfrentamento do superendividamento e da violência financeira contra a pessoa idosa foi tema de uma roda de conversa promovida em outubro de 2024 pelo Ministério Público do Estado do Ceará.

No evento, a promotora de justiça Camila Leitão ressaltou a importância de discutir o tema. "Segundo os índices oficiais, o abuso financeiro é a terceira maior forma de violência contra a pessoa idosa, situação que pode ensejar o superendividamento", destacou.

Em seguida, o promotor de justiça Alexandre Alcântara discorreu sobre o panorama de envelhecimento da população, a tipologia das violências contra as pessoas idosas, a crescente violência financeira e a legislação na área. O promotor também ressaltou a necessidade de atuação em rede para atender a esse público.

Internet: <mpce.mp.br> (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto precedentes têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA A PESSOA IDOSA

Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 fatores de risco para situações de abuso financeiro contra a pessoa idosa; [valor: 6,00 pontos]
- 2 exemplos de atos de violência financeira contra a pessoa idosa; [valor: 6,00 pontos]
- 3 duas formas de detecção e duas formas de prevenção dessas situações de violência. [valor: 7,00 pontos]

2 FATORES DE RISCO → VULNERABILIDADE SOCIAL E FALTA DE INFORMAÇÃO
 ↳ ABANDONO FAMILIAR E ESQUECIMENTO
 ↳ NÃO INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA EM
 ↳ CIDADANIA

2 EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA FINANCEIRA
 ↳ EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS, LANÇAMENTOS DE DEBITOS INDEVIDOS POR INFLUÊNCIA
 ↳ CONTROLE DE DOCUMENTOS, CARTÕES DE CRÉDITO E DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO

2 FORMAS DE DETECÇÃO → MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS FORA DO PADRÃO
 ↳ MELHOR CONTROLE E VERIFICAÇÃO NA CONDIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

2 FORMAS DE PREVENÇÃO
 ↳ LETRAMENTO FINANCEIRO
 ↳ ATUAÇÃO DE ÓRGÃO VOLTADOS A PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA, COM CANAIS DE DENÚNCIA